

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Valores expressos em Reais (R\$), salvo indicação em contrário.

NOTA 1 — CONTEXTO OPERACIONAL E BASE DE ELABORAÇÃO

1.1 Contexto

A Iluminatek Luz de Itapemirim SPE S.A. (doravante "Companhia" ou "Iluminatek") é uma sociedade anônima de propósito específico, constituída exclusivamente para a execução do Contrato de Parceria Público-Privada de iluminação pública do Município de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, regido pelo Contrato de Concessão nº 271/2023, cujas atividades abrangem:

- (i) desenvolvimento, expansão e modernização da rede, incluindo implantação de telegestão;
- (ii) eficiência energética;
- (iii) operação e manutenção preventiva, corretiva e emergencial da infraestrutura;
- (iv) gestão e logística reversa de resíduos;
- (v) tratativas junto à distribuidora de energia;
- (vi) exploração de atividades acessórias autorizadas; e
- (vii) implementação de soluções de cidades inteligentes.

O exercício de 2025 corresponde a um período de execução contratual caracterizado pela fase simultânea de investimentos intensivos de modernização (CAPEX) e da prestação dos serviços de operação e manutenção (OPEX), com reconhecimento de Receita de Construção, Ativo Financeiro de Concessão e Estoques de materiais para obra.

1.2 Base de Elaboração e Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas contábeis brasileiras emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), convergidas com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), em especial ICPC 01 R1/IFRIC 12 (Contratos de Concessão de Serviços), CPC 47/IFRS 15 (Receita de Contratos com Clientes), CPC 12 (Ajuste a Valor Presente), CPC 32/IAS 12 (Tributos sobre o Lucro), CPC 05 R1/IAS 24 (Partes Relacionadas), CPC 25/IAS 37 (Provisões e Contingências) e CPC 48/IFRS 9 (Instrumentos Financeiros).

1.3 Moeda Funcional e de Apresentação

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras é o Real brasileiro (R\$). Todas as transações são realizadas em moeda nacional.

1.4 Continuidade Operacional

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta Prejuízos Acumulados de R\$ 4.659.551,41 e passivo circulante (R\$ 1.756.167,39) superior ao saldo de caixa e equivalentes de caixa disponível (R\$ 152.536,98). A Administração avaliou esses indicadores e concluiu que não há dúvida relevante sobre a continuidade operacional da Companhia, uma vez que o resultado deficitário decorre predominantemente de efeitos contábeis não-caixa inerentes ao modelo de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01), e não de deterioração operacional ou de incapacidade de pagamento, conforme detalhado nas Notas 7.3 e 8.2.

NOTA 2 — PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 Reconhecimento de Receitas — Contratos de Concessão

Em contratos regidos pelo IFRIC 12 (ICPC 01 R1), os ativos construídos não são reconhecidos como imobilizado próprio, pois o controle da infraestrutura permanece com o Poder Concedente e os bens são reversíveis ao término do contrato. O investimento de modernização é registrado como Ativo Financeiro, representando o direito contratual de receber fluxos de caixa do Município. A Receita de Construção é reconhecida ao longo do tempo, proporcionalmente ao avanço físico executado (Método do Percentual de Conclusão — POC), em conformidade com o CPC 47/IFRS 15, uma vez que a Companhia executa e transfere o controle dos serviços ao Poder Concedente à medida que as obras avançam. O valor da receita é ajustado a valor presente nos termos do CPC 12, quando o efeito do valor do dinheiro no tempo for relevante.

2.2 Ativo Financeiro de Concessão

O Ativo Financeiro de Concessão representa o direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente em contrapartida pelos serviços de construção e modernização prestados, sendo reconhecido em conformidade com o IFRIC 12 (ICPC 01 R1). É mensurado inicialmente pelo valor justo dos serviços prestados e, subsequentemente, pelo custo amortizado com base na taxa efetiva de juros, nos termos do CPC 48/IFRS 9. A parcela corrente reflete os recebimentos esperados nas próximas 12 competências decorrentes das contraprestações municipais.

2.3 Tributos Diferidos

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases contábil e fiscal, conforme o CPC 32/IAS 12, com destaque para a diferença entre a Receita de Construção reconhecida por competência e sua tributação no momento do efetivo recebimento. Os Ativos Fiscais Diferidos sobre prejuízos fiscais são reconhecidos quando há expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização. Cabe destacar que, para fins fiscais, a legislação brasileira (Lei nº 9.065/95) impõe limite de utilização de prejuízos fiscais acumulados de 30% do lucro tributável apurado em cada período, restrição de natureza exclusivamente fiscal que não altera o critério contábil de reconhecimento estabelecido pelo CPC 32.

2.4 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são classificados e mensurados em conformidade com o CPC 48/IFRS 9, de acordo com o modelo de negócio da Companhia e as características dos fluxos de caixa contratuais. Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

2.5 Regime Tributário

A Companhia adota o regime de Lucro Real. As alíquotas nominais aplicáveis são: IRPJ 15% (adicional de 10% sobre a parcela da base de cálculo que exceder R\$ 240.000,00 ao ano), CSLL 9%, PIS 1,65% e COFINS 7,6% (regime não cumulativo), totalizando uma alíquota nominal combinada de 34% para IRPJ e CSLL.

NOTA 3 — POSIÇÃO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**3.1 Composição do Caixa e Equivalentes de Caixa**

O saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2025 totaliza R\$ 152.536,98, composto por recursos de livre movimentação mantidos em instituições financeiras, conforme detalhado a seguir:

DESCRIÇÃO	TOTAL (R\$)
Banco Caixa - Conta Vinculada AG: 04266 CC: 000577056537-0	583,92
Banco do Brasil - Aplicação Financeira de Liquidez Imediata	151.953,06
TOTAL CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	152.536,98

As aplicações financeiras de liquidez imediata são resgatáveis no mesmo dia e classificadas como equivalentes de caixa nos termos do CPC 03. A conta vinculada junto à Caixa Econômica Federal decorre de exigência acessória do contrato de financiamento descrito na Nota 6.

3.2 Composição das Obrigações Tributárias Correntes

As obrigações tributárias correntes registradas no passivo circulante em 31 de dezembro de 2025 totalizam R\$ 9.839,45, referentes a tributos retidos e contribuições apuradas por competência com vencimento no exercício seguinte:

DESCRIÇÃO	TOTAL (R\$)
INSS Retido a Recolher	1.352,39
ISS Retido a Recolher	5.994,66
CSRF a Recolher	1.888,84
IRRF a Recolher	603,56
TOTAL OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	9.839,45

A apuração do IRPJ e da CSLL pelo Lucro Real resultou em base de cálculo negativa (prejuízo fiscal), não gerando tributo corrente a pagar no exercício de 2025, conforme demonstrado na Nota 5.

3.3 Imobilizado

O Imobilizado da Companhia é composto pelos bens do Centro de Controle Operacional (CCO) e pela frota de veículos utilizados nas atividades de operação e manutenção, registrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais, adotadas em linha com a vida útil econômica estimada de cada grupo. O valor contábil líquido do Imobilizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 474.936,82.

DESCRIÇÃO	TAXA ANUAL	VIDA ÚTIL
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	10% a.a.	10 anos
Instalações	10% a.a.	10 anos
Móveis e Utensílios	10% a.a.	10 anos
Veículos	20% a.a.	5 anos

3.4 Intangível — Estruturação e Estudo da Concessão

O Intangível registrado pela Companhia refere-se aos gastos de estruturação técnica, jurídica e financeira incorridos para viabilizar e formalizar o Contrato de Concessão nº 271/2023, capitalizados em conformidade com o ICPC 01 (R1) e o CPC 04 (Ativo Intangível), por representarem benefícios econômicos futuros associados à exploração da concessão.

DESCRIÇÃO	TOTAL (R\$)
Custos de aquisição	3.263.290,06
(-) Amortização Acumulada em 31/12/2025	(606.636,79)
VALOR CONTÁBIL LÍQUIDO EM 31/12/2025	2.656.653,27

O ativo é amortizado pelo método linear, ao longo do prazo total de 156 meses (13 anos) do Contrato de Concessão nº 271/2023, equivalente a uma taxa de aproximadamente 7,69% ao ano, por refletir o período em que a Companhia auferirá os benefícios econômicos decorrentes da estruturação realizada.

NOTA 4 — ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÃO (IFRIC 12)**4.1 Composição e Natureza**

O Ativo Financeiro representa o direito contratual da Illuminatek de receber fluxos de caixa do Município de Cachoeiro de Itapemirim em contrapartida ao investimento realizado em construção e modernização da infraestrutura de iluminação pública, mensurado pelo percentual de avanço físico já executado e trazido a valor presente, conforme exigência do CPC 12.

DESCRIÇÃO	PARCIAL (R\$)	TOTAL (R\$)
ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÃO — 31/12/2025		
Ativo Financeiro — Circulante	792.466,92	
Ativo Financeiro de Concessão — Não Circulante	1.938.755,35	
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO		2.731.222,27

O ativo é ajustado a valor presente (CPC 12) com base na Taxa de Longo Prazo — TLP fixada pelo BNDES, correspondente a 9,93% ao ano (0,792% ao mês). A Receita de Construção é reconhecida pelo Método do Percentual de Conclusão (POC), apurado pela relação entre o CAPEX realizado acumulado e o CAPEX total orçado, nos termos do CPC 47. Em 31 de dezembro de 2025, o percentual de execução física acumulada atingiu 56,98%.

4.2 Estoques de Materiais para Modernização

Adicionalmente, a Companhia mantém estoque de materiais destinados às obras de modernização, ainda não capitalizados ao Ativo Financeiro, no montante total de R\$ 2.694.965,65, assim composto:

DESCRIÇÃO	TOTAL (R\$)
Luminárias de LED Completas	1.736.377,53
Telegestão	559.701,48
Postes, Braços e Ferragens	161.245,59
Materiais Elétricos e Conexões	155.947,53
Relé Fotoeletrônico	66.783,35
Almoxarifado - Ferramentas, EPI e EPC	14.910,17
TOTAL EM ESTOQUE	2.694.965,65

Os estoques são avaliados pelo método do Custo Médio Ponderado, ao menor valor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido, em conformidade com o CPC 16 (R1). O custo de aquisição compõe-se do preço de compra acrescido de fretes e demais gastos diretamente atribuíveis, deduzidos os impostos recuperáveis. Em 31 de dezembro de 2025, não foram identificadas evidências de obsolescência ou necessidade de ajuste ao valor realizável líquido.

NOTA 5 — RESULTADO DO EXERCÍCIO**5.1 Resultado Contábil**

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) reflete o comportamento típico de contratos de concessão em fase inicial (ICPC 01/CPC 47), no qual os efeitos não-caixa de construção, modernização e tributos diferidos impactam o resultado contábil sem corresponder a desembolsos ou ingressos efetivos de caixa.

5.2 Desagregação da Receita Operacional Bruta

Em atendimento ao CPC 47/IFRS 15, a Receita Operacional Bruta do exercício de 2025, no montante de R\$ 3.232.874,17, está assim desagregada por natureza:

DESCRIÇÃO	TOTAL (R\$)
Receita de Construção (modernização da infraestrutura)	2.379.702,48
Receita de Contraprestação (operação e manutenção)	853.171,69
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	3.232.874,17

A Receita de Construção é reconhecida ao longo do tempo pelo Método do Percentual de Conclusão (POC), apurado pela relação entre o CAPEX realizado acumulado e o CAPEX total orçado da concessão (Nota 4.1), sendo convertida em Ativo Financeiro (Nota 4) sem ingresso de caixa imediato. A Receita de Contraprestação corresponde à Contraprestação Mensal Municipal (CMM) devida pelo Município em razão dos serviços de operação e manutenção prestados, reconhecido mês a mês pelo regime de competência, com expectativa de realização financeira de curto prazo.

5.3 Efeitos Não-Caixa

O resultado apresenta relevantes impactos não-caixa, inerentes ao modelo de regulação de contratos de concessão, decorrentes do reconhecimento de receita por evolução de obra (POC) e do diferimento de tributos, sem representar saídas ou entradas efetivas no fluxo de caixa operacional.

DESCRIÇÃO	PARCIAL (R\$)	TOTAL (R\$)
(+/-) Efeitos Não-caixa		
(+) Receita de Construção (POC)	2.379.702,48	
(+) Receita Financeira de AVP	153.483,26	
(-) Tributos Diferidos Passivos (ICPC01)	(1.228.223,91)	
(+) Tributos Diferidos Ativos — Prejuízo fiscal/Base negativa	1.867.220,64	
EFEITO LÍQUIDO NÃO-CAIXA		3.172.182,47

5.4 Composição dos Tributos Diferidos Passivos

DESCRIÇÃO	TOTAL (R\$)
IRPJ Diferido Passivo (ICPC01)	624.820,68
CSLL Diferida Passiva (ICPC01)	233.575,44
PIS Diferido Passivo (ICPC01)	42.822,16
COFINS Diferida Passiva (ICPC01)	197.241,49
ISS Diferido Passivo (ICPC01)	129.764,14
TOTAL TRIBUTOS DIFERIDOS PASSIVOS	1.228.223,91

Os tributos diferidos passivos serão revertidos proporcionalmente ao recebimento efetivo das contraprestações municipais ao longo da vigência remanescente da concessão, não gerando qualquer desembolso de caixa no período corrente.

5.5 Composição dos Tributos Diferidos Ativos

Os saldos referentes aos ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL acumulados no exercício são os seguintes:

DESCRIÇÃO	TOTAL (R\$)
IRPJ sobre Prejuízo Fiscal	1.366.603,41
CSLL sobre Base Negativa	500.617,23
TOTAL TRIBUTOS DIFERIDOS ATIVOS	1.867.220,64

Os Ativos Fiscais Diferidos sobre prejuízos fiscais são reconhecidos até o limite da expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com limite de utilização de 30% do lucro de cada período, conforme legislação tributária vigente.

NOTA 6 — EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS — BANDES**6.1 Empréstimo BANDES BID Giro**

A Companhia possui operação de crédito junto ao BANDES Empréstimo BID Giro — Contrato nº 85308/1, mensurada ao custo amortizado pela taxa efetiva de juros.

DESCRIÇÃO	PARCIAL (R\$)	TOTAL (R\$)
Principal — Passivo Circulante (CP)	1.135.559,60	
(-) Encargos Financeiros a Apropriar — CP	(271.149,72)	
SALDO LÍQUIDO — PASSIVO CIRCULANTE		864.409,88
Principal — Passivo Não Circulante (LP)	4.684.333,38	
(-) Encargos Financeiros a Apropriar — LP	(756.835,36)	
SALDO LÍQUIDO — PASSIVO NÃO CIRCULANTE		3.927.498,02
SALDO TOTAL EM 31/12/2025		4.791.907,90

6.2 Encargos Financeiros

As despesas financeiras totais reconhecidas pela Companhia no exercício totalizam R\$ 245.079,11, conforme composição a seguir:

DESCRIÇÃO	TOTAL (R\$)
Juros Pagos ou Incorridos	203.278,92
Tarifas Bancárias	25.663,25
IOF sobre Operações Financeiras	14.969,46
Multas e Acréscimos Financeiros	1.167,47
TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS	245.079,11

O BANDES não configura parte relacionada. O contrato de financiamento foi celebrado em condições de mercado, sem vínculo societário com a Iluminatek ou seus acionistas.

NOTA 7 — CAPITAL SOCIAL E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**7.1 Capital Social**

O capital social da Companhia é totalmente subscrito e integralizado em R\$ 12.300.000,00 (doze milhões e trezentos mil reais), representado por ações ordinárias nominativas.

7.2 Prejuízos Acumulados

DESCRIÇÃO	TOTAL (R\$)
Saldo de Prejuízos Acumulados — início do exercício	(2.679.883,80)
(-) Prejuízo Líquido do Exercício de 2025	(1.979.667,61)
SALDO EM 31/12/2025	(4.659.551,41)

7.3 Patrimônio Líquido em 31/12/2025

DESCRIÇÃO	PARCIAL (R\$)	TOTAL (R\$)
Capital Social Integralizado	12.300.000,00	
Prejuízos Acumulados	(4.659.551,41)	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		7.640.448,59

O resultado deficitário decorre, em sua maior parte, dos efeitos contábeis não-caixa inerentes ao modelo ICPC 01 e não de deterioração operacional ou incapacidade de pagamento. A Administração concluiu que não há dúvida relevante sobre a continuidade operacional, fundamentada no fluxo de caixa projetado do contrato de concessão, que assegura a geração de contraprestações municipais ao longo de toda a vigência contratual.

NOTA 8 — GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

8.1 Risco de Crédito

O principal ativo financeiro sujeito a risco de crédito é o Ativo Financeiro de Concessão (Nota 4), no valor de R\$ 2.731.222,27, representando o direito contratual de receber contraprestações do Município de Cachoeiro de Itapemirim. O risco de inadimplência da contraparte é mitigado pela natureza pública do devedor, pela existência de garantias contratuais e pelo caráter essencial do serviço de iluminação pública.

8.2 Risco de Liquidez

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de caixa e equivalentes é de R\$ 152.536,98, contra passivos circulantes totais de R\$ 1.756.167,39. A porção corrente do financiamento BANDES (R\$ 864.409,88) é a principal obrigação financeira de curto prazo. O saldo de caixa disponível não cobre integralmente o passivo circulante, contudo, a Administração avalia a posição de liquidez como administrável em razão do fluxo mensal de contraprestações do Contrato de Concessão e da geração de caixa operacional.

8.3 Risco de Mercado — Taxa de Juros

O empréstimo junto ao BANDES está sujeito a encargos contratuais sobre o saldo devedor. A Companhia não opera com instrumentos derivativos.

8.4 Risco Cambial

Todas as transações da Companhia são realizadas em Reais. Não há ativos ou passivos denominados em moeda estrangeira e, portanto, a Companhia não está exposta a risco cambial.

NOTA 9 — PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES

9.1 Contingências Fiscais, Trabalhistas e Cíveis

Em 31 de dezembro de 2025, não foram identificados, com base nos saldos do balancete, processos judiciais ou administrativos com probabilidade de perda classificada como provável, cuja divulgação seja exigida pelo CPC 25.

NOTA 10 — GARANTIAS E SEGUROS

10.1 Garantias Contratuais

Nos termos do Contrato de PPP firmado com o Município de Cachoeiro de Itapemirim, a Companhia mantém garantias contratuais de execução e operação, incluindo seguros de Responsabilidade Civil e de Riscos de Engenharia, vigentes e em conformidade com as exigências contratuais.

NOTA 11 — EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de elaboração destas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes de natureza adversa ou que alterem materialmente os saldos reportados, mantendo-se o cronograma regular de amortização do financiamento junto ao BANDES e a continuidade das obras de modernização do parque de iluminação pública.

Cachoeiro de Itapemirim/ES, 27 de abril de 2026.